

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS ENTRE 1987 E 2009

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Junior Ruiz Garcia

**CURITIBA
2013**

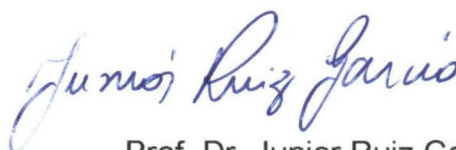
TERMO DE APROVAÇÃO

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS ENTRE 1987 E 2009

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dr. Junior Ruiz Garcia

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Dr. Armando João Dalla Costa

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof.^a Dr.^a Denise Maria Maia

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, ____ de dezembro 2013

RESUMO

O consumo agregado reflete as decisões de milhões de indivíduos e famílias, e representa o maior componente da demanda de bens e serviços em uma economia. Assim, mudanças na disposição a consumir dos consumidores acarretam importantes consequências no desempenho da economia como um todo. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é identificar e analisar as mudanças ocorridas na estrutura de consumo das famílias brasileiras no período compreendido entre 1987 e 2009. Para isso foi realizada uma revisão teórica para identificar na literatura quais fatores micro e macroeconômicos afetam a decisão de consumo das famílias. Os dados referentes à distribuição dos gastos com itens de consumo no orçamento familiar foram extraídos das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF's) 1987-1988, 1995-1996, 2002-2003 e 2008-2009. A partir da observação destes dados, da revisão de literatura e dos eventos econômicos contemporâneos aos períodos analisados foi possível concluir que as famílias adaptaram suas despesas aos fatores exógenos diversificando o consumo de alguns bens.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DE CONSUMO NO ORÇAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NO PERÍODO 1987/2009 (%).....	25
TABELA 2 - INFLAÇÃO VARIAÇÃO ANUAL PARA OS ANOS 1987, 1996, 2002 E 2009. (%).....	28
TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO A EXISTÊNCIA DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS (%), BRASIL 1990-2010.....	30
TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DO GRUPO DE GASTO TRANSPORTE NA DESPESA CORRENTE MÉDIA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS ENTRE 1987 E 2003 (%).....	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 FATORES QUE INFLUENCIAM O CONSUMO DAS FAMÍLIAS	6
2.1 FATORES MICROECONÔMICOS	6
2.1.1 Preço	7
2.1.2 Renda	9
2.1.3 Preferências	10
2.2 O CONSUMO NO CONTEXTO MACROECONÔMICO	12
3. O CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS E AS POF'S	19
3.1 OBJETIVOS DAS POF'S	19
3.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	23
4. ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS	24
4.1 HABITAÇÃO	29
4.2 TRANSPORTE	30
4.3 ALIMENTAÇÃO	32
4.4 VESTUÁRIO	33
4.5 FUMO	34
5 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

A estabilidade da moeda na segunda metade da década de 1990 proporcionou às novas gerações brasileiras um aumento de bem-estar através da possibilidade do planejamento, por prazos maiores, do orçamento familiar. Ainda, a abertura econômica possibilitou o acesso a novas variedades e marcas de produtos, ampliando o conjunto de bens à disposição dos consumidores. A redução da pobreza somada à variação positiva do rendimento em todas as classes sociais contribuiu para a ampliação do consumo das famílias brasileiras.

Para ratificar as alterações ocorridas na estrutura de consumo das famílias brasileiras a partir da segunda metade da década de 1980, uma importante fonte de informações é a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As POF's investigam a estrutura de gastos em consumo das famílias no Brasil. Como as pesquisas foram realizadas, nos biênios 1987-1988, 1995-1996, 2002-2003, 2008-2009, o recorte temporal permitirá oportunamente a análise dos gastos antes e depois da estabilização da moeda.

Neste contexto, o objetivo central do trabalho é identificar e analisar os elementos que expliquem as mudanças na estrutura de consumo das famílias brasileiras entre os anos 1987 e 2009. O trabalho está estruturado de forma a responder às seguintes perguntas: i) quais foram as mudanças ocorridas na estrutura de consumo das famílias brasileiras? ii) que fatores estão associados às alterações no consumo das famílias? iii) como os elementos teóricos explicam as mudanças observadas?

Para alcançar esses objetivos específicos se fazem necessários, o levantamento teórico dos fatores econômicos que influenciam o consumo das famílias, apuração de dados sobre consumo das famílias para viabilizar as comparações no período definido e a análise dos dados.

Assim, a contar com esta introdução o trabalho terá cinco seções. Na segunda seção são apresentados os fatores micro e macroeconômicos que podem influenciar consumo das famílias. Na terceira seção são apresentados os objetivos das POF's e algumas considerações metodológicas para comparação dos dados. Na quarta seção são apresentados e analisados os dados referentes ao consumo

das famílias brasileiras, extraídos das POF's. Por fim, na quinta seção são apresentadas as conclusões.

2 FATORES QUE INFLUENCIAM O CONSUMO DAS FAMÍLIAS

É apresentada nesta seção a contribuição das teorias microeconômica e macroeconômica relacionadas ao consumo das famílias. A primeira parte dessa seção trata dos fatores microeconômicos que influenciam nas decisões de consumo das famílias. Já na segunda parte, que se refere aos fatores macroeconômicos que podem influenciar no consumo das famílias, o enfoque será dado ao consumo agregado das famílias.

2.1 FATORES MICROECONÔMICOS

Antes de apresentar os fatores microeconômicos que influenciam a demanda das famílias faz-se necessária a definição de demanda, que é a quantidade de bens ou serviços que os consumidores estarão dispostos a adquirir no mercado dado o preço num determinado instante de tempo (CUNHA, 2000). A lei da demanda estabelece uma relação inversa entre preço e quantidade demandada, ou seja, quanto maior o preço menor a quantidade demandada e vice-versa (BESANKO; BRAEUTIGAM, 2004).

Segundo Pindyck e Rubinfeld (2006), um motivo pelo qual as quantidades demandadas aumentam conforme os preços diminuem é que um preço reduzido pode estimular consumidores, que anteriormente não dispunham de poder aquisitivo para comprar tal mercadoria, comecem a adquiri-la. Desse modo, o preço dos bens e serviços torna-se um importante elemento que influencia na decisão de consumo das famílias.

Vários fatores microeconômicos podem influenciar a demanda das famílias, entre eles destacam-se os preços, a renda e as preferências dos consumidores e das famílias, quando ocorrem variações nesses fatores, as famílias respondem com uma alteração em seu consumo. Por esse motivo, a subseção foi dividida em três

partes para permitir a apresentação das variações, em cada um desses fatores, atuando sobre o consumo das famílias.

2.1.1 Preço

Para Mansfield e Yohe (2006), o preço de uma mercadoria é a quantidade de dinheiro que o consumidor paga para obtê-la. Pela lei da demanda quanto maior o preço de um bem menor será a quantidade demandada dele. Deste modo, pode-se afirmar que um aumento no preço de um bem levará as famílias a consumir menos deste bem? A resposta não pode ser dada prontamente, mas ao longo do texto serão encontradas algumas respostas.

Supondo que um consumidor só possa consumir dois produtos, se um deles tiver seu preço aumentado e o outro mantiver o preço constante, haverá uma redução no poder aquisitivo do consumidor, pelo mesmo raciocínio a redução de preço de um deles, permanecendo o preço do outro constante, amplia o poder de compra do consumidor. Caso haja um aumento do preço de ambos os bens, com a renda permanecendo constante, o poder de compra se reduz (PINDYCK; RUBINFELD, 2006).

Variações no preço podem influenciar o consumo de diversas maneiras. Considerando um aumento de preço, um efeito possível é tornar um bem substituto, que não sofreu alteração de preço, muito mais desejável do que antes, essa resposta à mudança nos preços relativos dos bens é chamada de efeito substituição. Um segundo efeito do aumento de preços é a redução do poder de compra do consumidor, diante dessa redução há o aumento da demanda por bens inferiores e redução da demanda por bens normais, a mudança na demanda resultante da alteração do poder de compra é chamada de efeito renda (FRANK, 1997).

Para medir a variação da demanda decorrente de uma variação nos preços pode ser utilizada a elasticidade preço da demanda, ou seja, a variação percentual da quantidade demandada quando ocorre uma variação percentual no preço, ela sempre será negativa porque variações no preço e na demanda sempre se dão em sentidos opostos (FRANK, 1997).

Segundo Pindyck e Rubinfeld (2006), se a demanda por um bem for inelástica uma variação nos preços será seguida de uma variação pequena na

quantidade demandada, porém se a demanda pelo bem for elástica qualquer alteração no preço é seguida de uma variação expressiva na quantidade demandada. Para Cunha (2000), bens que apresentam demanda inelástica são considerados de subsistência ou necessários, já os com demanda elástica podem ser considerados supérfluos.

Pindyck e Rubinfeld (2006) assim como Frank (1997) ressaltam que para muitas mercadorias, a demanda é muito mais elástica ao preço no longo prazo do que no curto prazo, são os casos dos bens complementares. Um aumento no preço da gasolina é um bom exemplo, reduções no consumo desse produto requerem um tempo maior para se concretizar, pois pessoas que utilizem o carro rotineiramente demorarão a modificar seus hábitos de forma a ajustar o consumo da gasolina a seu novo preço.

Pindyck e Rubinfeld (2006) e Besanko e Braeutigam (2004) advertem, existem mercadorias que ocorre o inverso, ou seja, a demanda é mais elástica no curto prazo do que no longo prazo, esse é o caso dos bens duráveis. Por exemplo, se o preço de um automóvel aumentar, a demanda de curto prazo cairá de forma drástica, os consumidores adiarão o consumo, mas à medida que os automóveis existentes forem se depreciando, a demanda aumentará para o nível de longo prazo ao novo nível de preço.

Mudanças nos preços dos bens relacionados também afetam a demanda geral. Já foi dito que um aumento no preço de um bem que possui substituto reduzirá a quantidade demandada desse bem. No entanto, se dois bens forem complementares quando há aumento no preço de um deles a quantidade demandada de ambos pode diminuir, pois a redução do consumo de um bem complementar requer uma redução na mesma proporção do consumo do outro bem (CUNHA, 2000).

Para medir a variação da demanda de um bem, quando outro bem a ele relacionado tem seu preço alterado, pode ser utilizada a elasticidade-preço cruzada da demanda que corresponde à variação percentual na quantidade demandada do bem X resultante de uma variação percentual no preço do bem Y. Sendo assim, bens substitutos terão elasticidade-preço cruzada positiva (aumento no preço de X aumenta demanda de Y), e bens complementares terão elasticidade-preço cruzada

negativa (aumento no preço de X reduz a demanda de Y) (MANSFIELD; YOHE 2006) e (BESANKO; BRAEUTIGAM 2004).

As variações de preços dos bens podem alterar o poder de compra dos consumidores, o poder de compra representa o quanto um indivíduo ou família pode adquirir de bens ou serviços dado seu nível de renda. A renda é um fator importante na determinação da quantidade consumida pelas famílias e por esse motivo a seguir será dada uma atenção maior à renda das famílias.

2.1.2 Renda

Em termos microeconômicos a renda deve ser entendida como a quantidade de moedas que o consumidor está disposto a gastar para adquirir uma quantidade de produto, sendo conhecido o preço em um instante de tempo qualquer (CUNHA, 2000). Para incluir a renda como variável que influencia a quantidade demandada pelos consumidores, é preciso saber que os consumidores possuem restrições orçamentárias por disporem de uma renda limitada. A restrição orçamentária representa o conjunto de possibilidades de consumo, dados o rendimento e o preço (PINDYCK; RUBINFELD, 2006) e (FRANK, 1997).

Segundo Pindyck e Rubinfeld (2006) e Besanko e Braeutigam (2004), a renda é uma variável especialmente importante para o consumo das famílias, quando a renda aumenta, o conjunto de escolhas disponíveis para o consumo também aumenta. Com um nível de renda maior, os consumidores podem gastar mais em qualquer dos bens disponíveis, e alguns consumidores farão isso com muitos bens. Uma ferramenta usada para medir como o consumo varia a partir de um aumento da renda é a elasticidade renda da demanda.

A elasticidade renda é definida por Pindyck e Rubinfeld (2006) e Frank (1997) como a porcentagem de variação na quantidade demandada de um bem que resulta de um aumento de 1% na renda do consumidor, ela mede a reação das quantidades demandadas diante de variações no rendimento médio de mercado.

Mansfield e Yohe (2006) e Besanko e Braeutigam (2004), afirmam que alguns bens têm elasticidades-renda positivas, o que indica que aumentos na renda do consumidor resultam em aumentos na demanda por esses bens. Outros bens

têm elasticidades-renda negativas, indicando que aumentos na renda do consumidor resultam em queda na quantidade demandada desses bens.

Frank (1997) lembra que para a maioria dos bens que as famílias consomem, um aumento no nível de renda será seguido de um aumento na quantidade demandada, esses bens são definidos como bens normais. No entanto, existem bens que tem seu consumo reduzido com o aumento da renda, esse é o caso dos bens inferiores. Segundo Cunha (2000), eles são considerados inferiores por uma decisão do consumidor e não por sua qualidade. Para Frank (1997), o bem inferior típico possui muitos substitutos preferidos, porém mais caros, um aumento da renda torna o consumo destes bens possível.

Segundo Mansfield e Yohe (2006), existem enormes diferenças entre os bens em relação às suas elasticidades-renda da demanda. De fato, uma maneira de definir bens de luxo e bens de necessidade é dizer que bens de luxo são bens com alta elasticidade-renda da demanda, somente com uma renda mais elevada se pode consumi-los, enquanto bens de necessidade são bens com baixa elasticidade-renda da demanda, aumentos na renda não serão acompanhados por aumentos significativos no consumo destes bens.

Uma variação positiva na renda dos consumidores lhes abre novas possibilidades de alocação dos recursos. Com uma renda maior o consumidor poderá preferir bens com qualidade superior, que geralmente são mais caros, ou poderão simplesmente manter o consumo constante por terem preferências rígidas, e alocarão os recursos adicionais de outras formas, na poupança, por exemplo. Na sequência será abordado como as preferências afetam o nível de consumo das famílias.

2.1.3 Preferências

As preferências dos consumidores se apresentam como fator importante na determinação do consumo, pois é a partir delas que os consumidores comparam as diferentes cestas de bens disponíveis e as classificam conforme sua conveniência ou ordem de preferência (FRANK, 1997) e (BESANKO; BRAEUTIGAM, 2004).

Mansfield e Yohe (2006) e Besanko e Braeutigam (2004) definem alguns pressupostos básicos sobre os gostos dos consumidores, admitindo que eles sejam

racionais na maior parte do tempo. O primeiro pressuposto é que as preferências são completas, ou seja, todos os consumidores são capazes de decidir se preferem uma ou outra cesta de produtos qualquer. O segundo pressuposto é o da transitividade das preferências, ou seja, se o consumidor prefere o produto A ao produto B e o produto B ao produto C, então ele deve preferir o produto A ao C. O terceiro pressuposto é o da não-saciedade, de maneira que os consumidores sempre preferem ter mais de uma mercadoria do que ter menos dela.

Segundo Frank (1997), uma importante propriedade das preferências do consumidor é a taxa marginal de substituição que indica a taxa pela qual um bem pode ser substituído por outro sem alterar a satisfação total do consumidor. Frank (1997) argumenta ainda, que os consumidores gostam de variar seu consumo e geralmente estão dispostos a renunciar bens que já possuem em grande quantidade para obter mais unidades daqueles que possuem em menor quantidade. Como afirmam Mansfield e Yohe (2006), um bem se torna menos importante, em relação a outros bens, à medida que se torna mais abundante na cesta de consumo.

Outra forma de se analisar a satisfação do consumidor é pensar em termos de utilidade marginal, ou seja, a variação na utilidade total, ou contentamento total proporcionado por uma variação no nível de consumo. Uma condição da utilidade marginal é que deve ser decrescente, significando que conforme o consumo de um bem específico aumenta a utilidade marginal de consumir este bem diminui (BESANKO; BRAEUTIGAM, 2004).

As preferências do consumidor podem variar ou não, e quando elas não variam pode-se afirmar que o consumidor possui uma preferência revelada, este tipo de preferência fica evidente numa situação onde a renda e os preços variam, mas o consumo das famílias permanece inalterado devido às suas preferências (BESANKO; BRAEUTIGAM, 2004).

Na realidade, normalmente, as preferências não são rígidas e podem variar ao longo do tempo, os gostos do consumidor podem ser alterados pela experiência, idade e instrução, como afirmam Besanko e Braeutigam (2004) e Mansfield e Yohe (2006). Para ilustrar tal situação, considere o consumo de cigarro, um indivíduo que toma ciência dos prejuízos causados pelo cigarro à sua saúde, poderá reduzir o consumo desse produto.

Além disso, as preferências de um consumidor também podem variar em virtude das atitudes de outros consumidores. Pindyck e Rubinfeld (2006) citam que em determinados casos, a demanda de uma pessoa pode vir a ser influenciada pelo número de outros consumidores que já estejam adquirindo a mercadoria. Nesses casos ocorre uma externalidade de difusão ou de rede, que pode ser positiva ou negativa.

A externalidade de difusão positiva ocorre quando há aumento na quantidade de uma mercadoria demandada por um consumidor típico, em decorrência do crescimento da quantidade adquirida por outros consumidores. Por exemplo, o efeito cumulativo de consumo, ou seja, o desejo de ter determinada mercadoria porque quase todas as outras pessoas já têm ou pelo fato de estar na moda. Já a externalidade de difusão negativa ocorre na seguinte situação, a quantidade demandada de uma mercadoria rara será mais alta quanto menor for o número de pessoas que a possuam, ou também chamado de efeito diferenciação do consumo (PINDYCK; RUBINFELD, 2006).

Nessa subseção foram apresentados os fatores microeconômicos, preço, renda e preferências se relacionando com o consumo individual e familiar. Na próxima subseção, o esforço será para apresentar como variáveis macroeconômicas afetam o consumo das famílias, e quão importante este consumo é para a determinação da demanda agregada.

2.2 O CONSUMO NO CONTEXTO MACROECONÔMICO

Do ponto de vista macroeconômico, o interesse está nos níveis agregados ou nacionais. A demanda agregada possui quatro componentes: o consumo das famílias, sua demanda de bens e serviços; o investimento, que se dá pela demanda por novos bens de capital pelas empresas; as compras de bens e serviços pelo governo; as exportações líquidas, a demanda líquida de bens e serviços produzidos para consumo estrangeiro (ABEL; BERNANKE; CROUSHORE, 2008).

Nessa seção, o interesse de análise são as variáveis macroeconômicas relacionadas ao consumo das famílias. O consumo agregado reflete as decisões de milhões de indivíduos e famílias, e desse modo, as despesas de consumo das famílias representam o maior componente da demanda de bens e serviços, e

mudanças na disposição a gastar dos consumidores acarretam importantes consequências no desempenho da economia (ABEL; BERNANKE; CROUSHORE, 2008).

Para compreender como as famílias definem quanto de suas rendas serão destinadas ao consumo, serão apresentadas funções consumo que relacionam, além da renda disponível, outros fatores econômicos ao consumo das famílias.

A primeira função a ser apresentada é a função consumo keynesiana. Com essa função Keynes assume a existência de uma relação estável, no curto prazo, entre o consumo pessoal (C) e renda disponível pessoal (Yd), essa relação está sujeita à propensão marginal a consumir (c1) (SIMONSEN; CYSNE, 1995):

$$C = c_0 + c_1 Y_d \quad (1)$$

Da forma como foi exposta a equação (1) a relação entre consumo e renda disponível está caracterizada por dois parâmetros, (c0) e (c1):

O parâmetro (c1) é a propensão marginal a consumir, ela representa o efeito de um aumento da renda disponível sobre o consumo, (c1) possui duas características importantes: i) deve ser positivo, evidenciando o fato de que um aumento da renda disponível levará a um aumento do consumo e; ii) deve ser menor do que 1, pois na análise keynesiana do consumo, admite-se que as pessoas consumirão apenas uma parte de qualquer aumento da renda disponível e pouparão o restante (BLANCHARD, 2007). Segundo Abel, Bernanke e Croushore (2008), o que motivaria as pessoas a não consumir todo o aumento da renda seria a avaliação que os consumidores fazem de suas necessidades atuais e futuras.

O parâmetro (c0) é o consumo autônomo, é o que as pessoas consumiriam se sua renda disponível fosse igual à zero. O consumo autônomo deve ser um valor positivo, pois mesmo sem renda as pessoas precisam ao menos comer, e farão isso através da despesa, vendendo algum ativo ou contraindo algum empréstimo (BLANCHARD, 2007).

O próximo passo a ser dado nesta abordagem do consumo é definir a renda disponível (Yd) que é igual à renda (Y) menos os impostos pagos (tY) mais as transferências do governo recebidas pelos consumidores (Tr) (DORNBUSCH; FISCHER, 1991):

$$Y_d = Y - (tY - Tr) \quad (2)$$

A essa altura deve ser lembrado que a arrecadação de impostos se dá sobre a renda pessoal e que esta costuma aumentar nas fases de prosperidade e diminuir nas fases de recessão da atividade econômica (SIMONSEN; CYSNE, 1995). A notação (tY) , utilizada na equação (2), representa os impostos por meio de uma alíquota que reduzem as variações do consumo induzidas por alterações na renda. Um aumento da renda do consumidor será acompanhado de um aumento no imposto que ele terá que pagar, ou seja, o aumento da renda disponível é limitado pelo aumento do imposto (LOPES; VASCONCELLOS, 2009).

Ao substituir a função da renda disponível, equação (2), na função consumo, equação (1) tem-se:

$$C = c_0 + c_1 [Y - (tY - Tr)] \quad (3)$$

A equação (3) apresenta o consumo como uma função positiva da renda e negativa dos impostos. Sendo assim uma elevação da renda amplia o consumo, embora em uma proporção menor do que um para um, conforme visto anteriormente. E uma elevação dos impostos reduzirá o consumo, embora também em uma proporção inferior a um para um (BLANCHARD, 2007).

A abordagem keynesiana é uma abordagem de curto prazo, as próximas funções apresentadas considerarão também o longo prazo para a definição do consumo.

A segunda função consumo a ser analisada é a da escolha intertemporal, na abordagem intertemporal as famílias tomam decisões de consumo e poupança no presente levando em consideração o consumo desejado para o futuro (LOPES; VASCONCELLOS, 2009). Um fator importante, neste caso, para a tomada de decisões é a taxa de juros real que determina o preço relativo do consumo corrente e do consumo futuro e define a taxa de troca de um pelo outro (ABEL; BERNANKE; CROUSHORE, 2008). No entanto, além da taxa de juros, a riqueza previamente acumulada e a renda do trabalho também contribuem para a decisão de alocação

dos recursos das famílias entre o período presente e o futuro (SIMONSEN; CYSNE, 1995).

O indivíduo ao programar seu consumo pode considerar apenas seu consumo em vida, ou ampliar o horizonte de programação de consumo para além das suas possibilidades de vida, neste caso a riqueza acumulada será consumida por seus herdeiros. O horizonte de programação dependerá, do quanto de riqueza acumulada o indivíduo possui e da proporção da renda do trabalho destinada à poupança, pois a renda do trabalho cessa antes do fim da vida, sendo necessário acumular reservas para a aposentadoria (SIMONSEN; CYSNE, 1995).

É plausível supor que o consumo corrente seja função crescente da riqueza e da renda, ou seja, um aumento da renda ou da riqueza num período amplia o consumo de ambos os períodos, o presente e o futuro. No entanto, ao tratar da relação entre a taxa de juros e o consumo não se pode ter nenhuma certeza, pois a relação pode se dar em dois sentidos (LOPES; VASCONCELLOS, 2009) e (SIMONSEN; CYSNE, 1995).

Segundo Dornbusch e Fischer (1991), o aumento na taxa de juros torna a poupança mais atrativa, mas também a torna menos necessária. Abel, Bernanke e Croushore (2008) explicam que cada valor poupado terá um retorno mais alto em termos de aumento do consumo futuro, essa recompensa atual tende a aumentar a poupança. Por outro lado, o aumento dos juros significa que, com menores valores poupados será possível atingir um nível de consumo futuro maior em menos tempo, ou seja, a redução da poupança amplia o consumo corrente.

Em linhas gerais, o modelo de decisão intertemporal é utilizado na hipótese do ciclo de vida (SIMONSEN; CYSNE, 1995). Segundo a hipótese do ciclo de vida a taxa de consumo também depende do nível de riqueza e da renda disponível (DORNBUSCH; FISCHER, 1991) e das expectativas sobre a renda durante todo o período de vida do indivíduo (LOPES; VASCONCELLOS, 2009).

Sendo assim, será apresentada agora a terceira função consumo ou a hipótese do ciclo de vida cujo foco está em indivíduos que planejam consumo e poupança para longos períodos com o objetivo de alocar seu consumo da melhor maneira possível por toda a sua vida (DORNBUSCH; FISCHER, 1991).

Segundo Lopes e Vasconcellos (2009), a ideia básica do modelo do ciclo de vida é o fato da renda dos consumidores sofrer variações significativas durante todo

o período de vida, os autores descrevem a seguinte situação para ilustrar como se dão as variações de renda ao longo da vida de um indivíduo típico: Quando jovem, a pessoa experimenta uma renda menor e tende a despoupar ou tomar empréstimos, já que espera uma renda maior no futuro. Com o passar dos anos e a consolidação de sua vida profissional o indivíduo poderá desfrutar de uma renda maior, poderá pagar os empréstimos e ainda poupar para poder continuar com o mesmo padrão de vida quando velho, pois ao atingir a velhice, sua renda tende a sofrer uma queda significativa, geralmente pela impossibilidade de continuar trabalhando.

A quarta função consumo estabelece uma relação entre o consumo e a renda permanente. Simonsen e Cysne (1995) definem a renda permanente como aquela que, em valor atual, nivela o patrimônio e as rendas do trabalho, de forma a sustentar todo o horizonte de programação de consumo do indivíduo. A renda permanente pode ser definida também como aquela renda que as pessoas esperam receber ao longo de suas vidas, sendo esse o motivo das famílias em suas decisões quanto ao consumo, levarem em conta não apenas a renda presente, mas também a renda futura (LOPES; VASCONCELLOS, 2009).

Segundo essa abordagem, alterações transitórias na renda teriam pouco ou nenhum efeito sobre o consumo, porque a manutenção do consumo se daria através das poupanças ou despoupanças das famílias quando ocorressem alterações temporárias na renda. Somente alterações na renda permanente alterariam o consumo (LOPES; VASCONCELLOS, 2009).

Pode-se citar como exemplo de alteração transitória da renda, o caso de um vendedor que recebe uma comissão por venda, segundo essa teoria o vendedor não incorporaria esse aumento da renda em seus gastos correntes, mas o pouparia para consumir num mês no qual não recebesse tal comissão. Já uma alteração na renda permanente pode ser interpretada como o caso de um vendedor que é promovido à gerente sua renda aumentará permanentemente a partir do momento que assume a nova função e então poderá alterar sua programação de consumo de forma a aumentá-la.

Nesta relação entre consumo e renda permanente um fator importante é a motivação de uniformidade do consumo que representa o desejo que as pessoas têm de manter um padrão de consumo estável ao longo do tempo, ou seja, evitando

períodos de consumo muito elevados ou muito reduzidos (ABEL; BERNANKE; CROUSHORE, 2008).

Vale recordar que em uma sociedade o consumo das famílias não depende apenas de sua própria vontade, fatores externos, como a ação do governo, por exemplo, podem acabar alterando o modo das famílias alocarem sua renda. Conhecer as funções consumo torna-se importante neste contexto, pois a partir delas é possível observar a interação entre as políticas econômicas e o consumo das famílias.

Um fator externo que altera o consumo é a implantação de uma política fiscal pelo governo. Abel, Bernanke e Croushore (2008) afirmam que, quando entram em vigor as decisões tomadas pelo governo, sobre gastos e impostos, o impacto sobre o montante de consumo e de poupança na economia é grande, mesmo que não seja essa a intenção do governo. Os autores citam como exemplo, o aumento de impostos que provoca redução na renda corrente dos consumidores, a resposta a essa redução da renda é uma redução do consumo, ainda que por uma fração menor que a do declínio da renda.

Se for considerado o modelo de escolha intertemporal a situação torna-se mais complexa, Lopes e Vasconcellos (2009) argumentam que se os impostos são reduzidos hoje, mas deverão subir amanhã de forma a se compensarem, as famílias não tem motivo para alterar seu consumo atual. Assim sendo, as famílias irão economizar o valor da redução dos impostos para pagar o aumento futuro destes, essa é a ideia da equivalência ricardiana. Nesse caso, o corte nos impostos só terá efeito sobre o consumo se for acompanhado por uma mudança nos padrões de gastos do governo, de forma que não sejam necessários aumentos futuros.

Abel, Bernanke e Croushore (2008) lembram que, embora a lógica da proposição de equivalência ricardiana seja perfeita, muitos economistas questionam que ela tenha algum sentido na prática. Esses economistas acreditam que no mundo real uma redução de impostos tende a aumentar o consumo desejado, e uma razão para que isso ocorra é o fato de muitos consumidores não entenderem que mais empréstimos tomados pelo governo hoje resultam em impostos mais altos no futuro. Portanto, os consumidores podem simplesmente responder à redução nos impostos correntes da mesma forma que fariam com qualquer outro aumento em sua renda corrente: aumentando seu consumo desejado.

Existem algumas razões teóricas para esperar que a equivalência ricardiana não seja exatamente válida e é interessante expô-las, pois ajudarão a compreender as variações no consumo das famílias.

A primeira razão citada tanto por Abel, Bernanke e Croushore (2008) quanto Dornbusch e Fischer (1991) contra a equivalência ricardiana são as restrições ao crédito, uma restrição ao crédito é um limite enfrentado pelo consumidor em relação à quantia que pode obter emprestado. Muitas pessoas consumiriam mais se pudessem tomar empréstimos para sustentar seu consumo presente. Desta forma uma pessoa que deseja consumir mais, mas que seja incapaz aproveitará a redução no imposto para aumentar o consumo.

Outra razão citada por Abel, Bernanke e Croushore (2008) e por Dornbusch e Fischer (1991) é a miopia com relação às decisões do governo. Se as pessoas têm uma visão de curto prazo, podem responder a uma redução no imposto consumindo mais, o contrário do que prevê a equivalência ricardiana. As famílias não compreendem corretamente como as variações na renda se dividem entre aquelas que são permanentes e aquelas que são temporárias. Esta previsão é chamada de falha da hipótese das expectativas racionais, ela implica que as famílias não estão prevendo da melhor maneira possível e usando toda a informação possível de como a renda se comporta.

Abel, Bernanke e Croushore (2008) ainda citam a incapacidade de deixar herança como razão para que a equivalência ricardiana não ocorra, pois, se as pessoas não deixam herança, é porque talvez não se importem ou não pensem no bem-estar econômico de longo prazo de seus filhos, e diante de uma redução dos impostos aumentarão seu consumo presente.

Uma última razão citada por Abel, Bernanke e Croushore (2008) contra a equivalência ricardiana são os diferentes tipos de impostos. Os efeitos de incentivo de uma redução nos impostos sobre o comportamento do consumidor e da poupança dependem, em grande medida, da estrutura tributária e de quais impostos são reduzidos. Por exemplo, uma redução temporária nos impostos sobre as vendas provavelmente estimularia o consumo, mas uma redução na alíquota de imposto sobre os juros recebidos de poupança poderia aumentar a poupança. Desse modo, não se pode sempre concluir que uma redução no imposto elevará o consumo. Essa

conclusão deve se apoiar principalmente nos outros três argumentos contra a equivalência ricardiana apresentados anteriormente.

Outro fator que poderia perturbar a programação de consumo das famílias é a abertura da economia para mercados externos, mas Blanchard (2007) lembra que o quanto os consumidores decidem gastar depende antes de sua renda e de sua riqueza. E mesmo que a taxa real de câmbio afete a composição dos gastos de consumo entre bens domésticos e bens estrangeiros, não há um motivo claro para aceitar que isso afete o nível de consumo total.

A taxa real de câmbio influenciará o consumo das famílias pelo mecanismo de preços, quanto mais valorizada estiver a taxa de câmbio real, mais barato será o produto importado vis-à-vis o interno, estimulando as importações. No entanto o volume de importações depende também da renda nominal. Quanto maior o nível de renda, maiores serão os gastos com todos os bens e serviços, inclusive importações (LOPES; VASCONCELLOS, 2009).

Tendo apresentado a teoria econômica relacionada ao consumo, o trabalho seguirá para a terceira seção onde serão apresentados os dados levantados nas POF's sobre o consumo das famílias brasileiras.

3. O CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS E AS POF'S

Esta seção está dividida em duas subseções. Na primeira são apresentados os objetivos que levaram à realização das POF'S, quando foram realizadas e o método utilizado para a coleta de dados. Estas informações são necessárias para a identificação e construção do plano tabular a ser utilizado neste trabalho. Na segunda subseção é apresentada a adaptação feita para a comparação dos dados entre os diferentes períodos.

3.1 OBJETIVOS DAS POF'S

No Brasil existem duas pesquisas de âmbito nacional voltadas especificamente para a investigação das despesas das famílias, ambas realizadas pelo IBGE: o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) e a POF. No entanto,

neste trabalho serão utilizados apenas os dados referentes à POF, principalmente pela facilidade de acesso.

O ENDEF foi realizado apenas uma vez, tendo como data base 1974-1975, além do levantamento das despesas propriamente ditas, o estudo incluiu um inquérito abrangente de aspectos nutricionais e antropométricos que serviu de base para a construção de parâmetros de consumo alimentar específicos ao Brasil. Este estudo teve abrangência nacional, com exceção das áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste (ROCHA, 1995).

As POF's são pesquisas domiciliares, realizadas periodicamente, com base em amostras representativas de diferentes áreas geográficas e diversos níveis de rendimento familiar. Estas pesquisas constituem-se em uma das mais importantes fontes de informações para o conhecimento da realidade brasileira, pois elas investigam a estrutura de consumo, que bens estão sendo consumidos e os serviços utilizados, dos gastos, o que representa cada um desses bens e serviços na despesa global e dos rendimentos das famílias brasileiras durante um ano, além de disponibilizar informações socioeconômicas sobre elas (IBGE, 2004; 2010b).

A POF foi realizada em quatro períodos distintos. A primeira POF foi realizada de março de 1987 a fevereiro de 1988, a segunda de outubro de 1995 a setembro de 1996, a terceira de julho de 2002 a junho de 2003 e a última de maio de 2008 a maio de 2009. Para viabilizar a coleta de dados no decorrer de um ano foram desenhadas amostras de modo a representar as características gerais da população, tais como tamanho, instrução, renda, perfil etário etc., sendo subdivididas nos quatro trimestres (DINIZ *et al.*, 2007).

Durante a coleta de dados cada família reporta o valor das receitas e despesas relativas a um período de referência, o qual antecede imediatamente a data do início da pesquisa. Com o objetivo de ampliar a capacidade do informante para fornecer os valores das aquisições realizadas e as demais informações a elas associadas, foram definidos quatro períodos de referência: sete dias, 30 dias, 90 dias e 12 meses, segundo os critérios de frequência de aquisição e do nível do valor do gasto. Os rendimentos e as informações a eles relacionadas são coletados segundo o período de referência de 12 meses (IBGE, 2004; 2010b).

Na semana que ocorre a coleta dos dados são investigadas aquelas despesas com alta frequência, em geral, aquelas de menor valor. Já para as

despesas coletivas dos domicílios empregam-se dois períodos de referência – 90 dias e 12 meses – a depender da periodicidade e do montante da despesa. No caso das despesas individuais, conta-se com todos os períodos de referência empregados na pesquisa a depender da periodicidade, do valor e da sazonalidade. Para os períodos mais longos de tempo as despesas efetuadas e os rendimentos recebidos foram apurados de maneira recordatória, baseando-se nos registros existentes – contas, contracheques, recibos etc. (IBGE, 2004; 2010b).

Como as famílias podem ser entrevistadas em momentos diferentes ao longo da pesquisa, seus períodos de referência para uma mesma despesa ou rendimento em geral não coincidem. Por este motivo todos os valores são expressos aos preços vigentes em uma data referencial, corrigindo o efeito da inflação. As datas de referência dos dados coletados em valores monetários nas pesquisas são: 15 de outubro de 1987 para a POF de 1987-1988, 15 de setembro de 1996 para a POF de 1995-1996, 15 de janeiro de 2003 para a POF de 2002-2003 e 15 de janeiro de 2009 para a POF 2008-2009 (PESSOA; SILVEIRA, 2009).

Segundo Diniz *et al.* (2007), a coleta de dados das quatro POF's seguiu o mesmo padrão, sendo feitas por meio de cinco questionários: o primeiro questionário abrange as condições do domicílio e as características dos indivíduos; o segundo trata das despesas coletivas; o terceiro investiga os gastos diários da unidade de consumo e de seus membros individualmente com produtos alimentares, de higiene e limpeza; o quarto refere-se a despesa diária individual com vestuário, saúde, educação, higiene pessoal, transporte etc.; o quinto investiga os rendimentos e suas respectivas deduções (impostos, taxas e outras deduções). Nas POF's de 2002-2003 e 2008-2009 foi incluído um sexto questionário de avaliação subjetiva das condições de vida das famílias (IBGE, 2004; 2010b).

Quanto à abrangência geográfica, as POF's possuem algumas diferenças, enquanto as realizadas em 1987-1988 e 1995-1996 limitaram-se apenas a nove Regiões Metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre), ao Município de Goiânia e ao Distrito Federal, as POF's 2002-2003 e 2008-2009 foram estendidas às áreas urbanas de todos os estados e às áreas rurais das grandes regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Assim, qualquer comparação entre as POF's deve ser feita apenas para as 11 áreas geográficas comuns às quatro pesquisas, não sendo

possível qualquer avaliação de mudança nos hábitos de consumo e da renda das famílias fora dessas áreas (DINIZ *et al.*, 2007).

Com relação aos objetivos também existem diferenças, as POF's dos anos 1987-1988 e 1995-1996 foram concebidas para atender, prioritariamente, a atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE (DINIZ *et al.*, 2007). As POF's 2002-2003 e 2008-2009 além desse objetivo dão igual prioridade a outras aplicações, tais como: na gestão de políticas públicas para melhoria das condições de vida, em especial de combate à pobreza; nas ações públicas nos campos da segurança alimentar, nutrição, saúde, entre outros; no investimento privado, estudo de potencial do mercado consumidor, por exemplo; na atualização da estimativa do consumo nas contas nacionais e regionais; na construção de base de dados e indicadores para mensuração e análise da pobreza e desigualdade (IBGE, 2004; 2010b).

Em face da ampliação das aplicações dos resultados obtidos a partir deste tipo de pesquisa é que as duas últimas POF's apresentam diferenças importantes em relação às anteriores, principalmente pela necessidade de informações detalhadas sobre as condições de vida das famílias a partir do consumo, especialmente das famílias de menor rendimento situadas nas regiões rurais (IBGE, 2010b).

Neste sentido, a cada edição da POF novos dados foram coletados, uma vez que esse tipo de pesquisa procura acompanhar as mudanças socioeconômicas verificadas na sociedade. A pesquisa de 1987, por exemplo, se restringiu ao levantamento das despesas e dos recebimentos monetários, à coleta das variáveis relativas às condições dos domicílios e às principais características das pessoas. Na POF seguinte 1995-1996, além destes itens, inquiriu-se sobre as quantidades adquiridas de cada alimento (DINIZ *et al.*, 2007). As POF's de 2002-2003 e 2008-2009, além dos itens já pesquisados nas anteriores, foram coletadas medidas antropométricas e investigadas as despesas e recebimentos não monetários (doações, trocas, produção para próprio consumo) da população (IBGE, 2004; 2010b).

Uma variável que merece atenção por ter tratamento diferenciado entre as POF's é a apropriação de aluguel dos domicílios próprios ou cedidos. A POF 1995-1996 é a única edição da pesquisa em que não são levantadas informações sobre o

aluguel estimado para domicílios próprios e cedidos (DINIZ *et al.*, 2007). Outro fator que deve ser lembrado ao se compararem as pesquisas é o total de produtos investigados. As POF's de 1987-1988 e 1995-1996 apresentaram, em linhas gerais, a mesma lista (ou cesta) de produtos analisados (cerca de 3.500). Por sua vez as POF's de 2002-2003 e 2008-2009 sofreram acréscimo considerável, tanto em termos de abrangência quanto em termos de especificação, tendo ultrapassado a marca de 10 mil itens investigados. A ampliação dos itens consumidos reflete em grande medida o dinamismo do consumo – a segmentação dos mercados e produtos e a evolução tecnológica (DINIZ *et al.*, 2007).

Apresentadas as principais características das POF's, o trabalho seguirá com a apresentação de algumas considerações metodológicas necessárias para comparação dos dados entre os quatro períodos selecionados para a pesquisa.

3.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Neste trabalho os dados agregados das POF's 1987-1988 e 1995-1996 foram extraídos do trabalho realizado por Castro e Magalhães (2007). Os dados das POF's 2002-2003 e 2008-2009 foram retirados da página de internet do IBGE disponíveis nas publicações dos resultados das POF's com comentários e tabelas (IBGE 2004 e 2010b). Para a comparação da evolução do consumo e da renda nos 22 anos decorridos entre a primeira e a última POF, foram consideradas apenas informações referentes às nove Regiões Metropolitanas anteriormente mencionadas, o município de Goiânia e o Distrito Federal - Brasília.

Como citado anteriormente há entre as pesquisas diferenças quanto à apuração dos gastos e recebimentos monetários e não monetário, porém da forma como os dados das duas últimas pesquisas estão disponibilizados pelo IBGE, não é possível a desagregação entre os valores monetários e não monetários. Desse modo, os valores médios apresentados neste trabalho para as POF's 2002-2003 e 2008-2009 incorporam tanto os valores monetários quanto os não monetários, enquanto para os anos 1987-1988 e 1995 e 1996 os valores são apenas monetários conforme foram coletados. O agregado de referência para a análise, nesta pesquisa, será a despesa de consumo, serão deixados de lado, portanto, as outras despesas

correntes (impostos e contribuições), o aumento do ativo (aquisição e reforma de imóveis) e a redução do passivo (pagamento de débitos).

Para tornar as despesas de consumo das POF's 1987-1988 e 1995-1996 compatíveis com as das POF's 2002-2003 e 2008-2009, foi preciso remanejar as despesas com aquisição de veículos próprios. Essa adequação foi necessária porque nas duas primeiras pesquisas este item encontrava-se no aumento do ativo, enquanto que nas duas últimas constava nas despesas de consumo, no componente transporte. Desta forma, nas POF's 1987-1988 e 1995-1996 este item foi subtraído do aumento do ativo e somado nas despesas de consumo viabilizando a comparação nos quatro anos de pesquisa.

Outro limite imposto pela disposição dos dados é a impossibilidade de detalhamento dentro de cada componente do consumo, uma vez que nas tabelas que dispõem as informações por local de origem do gasto a apresentação se dá de maneira agregada, ou seja, apenas para os grandes grupos de despesa de consumo, quais sejam: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas. No entanto quando for necessário para a análise será feito este detalhamento.

Feitas estas considerações metodológicas é possível, a partir da próxima seção, a apresentação dos dados e o desenvolvimento da análise das mudanças na estrutura de consumo das famílias brasileiras entre 1987 e 2009.

4. ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Nesta seção são apresentados e analisados os dados referentes à estrutura de consumo das famílias brasileiras. O objetivo principal é verificar a mudança ocorrida no consumo familiar brasileiro no decorrer do tempo e avaliar quais fatores atuaram para que estas mudanças ocorressem.

A POF investiga todas as despesas realizadas pela família, a despesa total das famílias inclui as despesas correntes, o aumento do ativo e a diminuição do passivo. As despesas correntes são aquelas realizadas rotineiramente e correspondem às despesas de consumo (alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e

cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas) somadas às outras despesas correntes (impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, doações, etc.). O aumento do ativo ou aumento do patrimônio familiar são despesas com aquisição ou reforma de imóveis próprios e outros investimentos. A diminuição do passivo refere-se àquelas despesas com pagamentos de débitos, juros e seguros com empréstimos pessoais e prestação de financiamento de imóvel (IBGE, 2004; 2010b).

As despesas de consumo correspondem ao mais importante componente da estrutura de despesas das famílias, correspondendo a 79%, 80%, 83%, 81% do desembolso total das famílias segundo as POF's 1987-1988, 1995-1996, 2002-2003 e 2008-2009 respectivamente, e, por esse motivo será dada maior atenção à sua composição e sua evolução ao longo dos anos. A tabela 1 apresenta, em termos percentuais, como estava distribuído o consumo das famílias brasileiras no período 1987 a 2009.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DE CONSUMO NO ORÇAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NO PERÍODO 1987/2009 (%)

Grupos de produtos	1987-1988	1995-1996	2002-2003	2008-2009
Despesa de consumo (total)	100,00	100,00	100,00	100,00
Alimentação	23,57	20,98	21,85	20,69
Vestuário	12,01	5,82	6,14	5,89
Habitação	19,78	25,46	34,66	35,38
Higiene e serviços pessoais	3,22	3,15	2,37	2,55
Assistência à saúde	6,70	8,12	6,42	6,87
Transporte	20,89	23,48	17,86	19,18
Educação	3,36	4,26	3,94	2,96
Recreação e cultura	4,00	3,09	2,45	1,99
Fumo	1,40	1,27	0,64	0,50
Despesas diversas	5,05	4,37	2,68	2,86
Serviços pessoais	—	—	1,01	1,12

FONTE: Preparado pela autora com base em CASTRO e MAGALHÃES (2007) e IBGE (2004; 2010b)

NOTA: Sinal convencional utilizado:

— Dado não pesquisado

O primeiro ponto a ser considerado a partir da observação da tabela 1 é que na POF 1987-1988 64% dos gastos das famílias brasileiras estavam concentrados em apenas três grupos de produtos, alimentação, habitação e transporte. Além disso, há uma ampliação no total despendido com estes itens ao longo do tempo,

representando 69%, 74% e 75%, do total das despesas de consumo nas POF's 1995-1996, 2002-2003 e 2008-2009 respectivamente.

A partir desta observação, fica nítido que as famílias brasileiras priorizam o consumo de alimentação, habitação e transporte, principalmente pela essencialidade destes itens. Alimentação é necessária para a sobrevivência do indivíduo, habitação é importante para o conforto e bem estar da família, e transporte porque as pessoas precisam se deslocar até seu local de trabalho e normalmente para isso incorrem em custos.

Mas a tabela 1 também apresenta um panorama de mudanças das preferências das famílias, os gastos com alimentação deixam de ser prioridade já na POF 1995-1996, cedendo lugar para os gastos com habitação, os quais permanecem como os maiores desembolsos até a última pesquisa. A análise da evolução da renda das famílias e dos preços poderá dar algumas pistas sobre este movimento.

Para apresentar a evolução da renda entre 1987 e 2009 serão utilizados os dados referentes à renda domiciliar *per capita*, a preços de outubro 2009 (IPEADATA, 2013b).

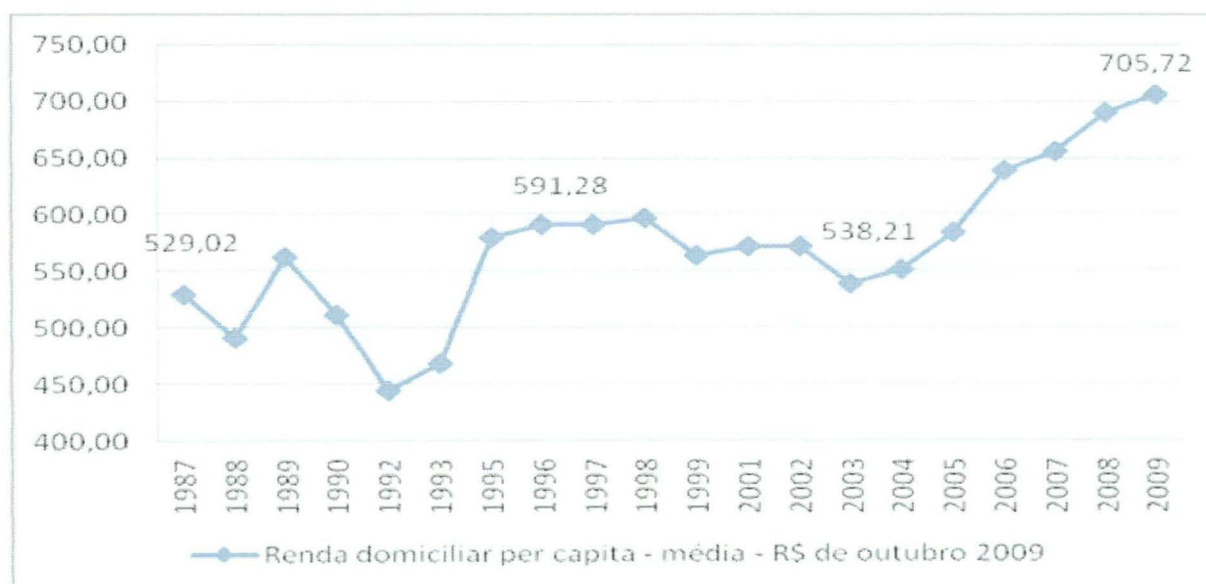


FIGURA 1- EVOLUÇÃO RENDA DOMICILIAR PER CAPITA ENTRE 1987 E 2009 (R\$)
 FONTE: IPEADATA (2013b).

É possível perceber que entre 1987 e 1996 e entre 2003 e 2008 houve variação positiva na renda domiciliar *per capita*, aumento de 11,76% e 31,12% respectivamente. O mesmo não ocorreu entre os anos 1996 e 2003, período em que

a renda decresceu 8,97%, reduzindo o poder de compra das famílias. Nos anos 2000 dois fatores estão relacionados à variação positiva da renda domiciliar, a expansão das políticas públicas de transferências de renda aos domicílios mais pobres e nas regiões com menor grau de desenvolvimento socioeconômico do país, e a política de valorização do salário mínimo cujos critérios são o repasse da inflação do período entre as correções e o aumento real pela variação do PIB, garantindo assim ganhos reais no poder de compra das famílias brasileiras.

Uma observação interessante com relação à renda é que nos dois períodos em que houve ampliação da renda domiciliar as famílias brasileiras, aumentaram os gastos com transporte e saúde e diminuíram as despesas com alimentação e vestuário, ocorrendo o inverso no período entre 1996 e 2003 quando a renda diminuiu. Neste contexto, alimentação e vestuário apresentam uma elasticidade-renda negativa, enquanto transportes e saúde apresentam elasticidade-renda positiva. Aumentos na renda ampliam as possibilidades de consumo das famílias, bens como alimentos e vestuário além de terem valor de mercado baixo possuem um limite de consumo, atingido este limite os recursos adicionais derivados da ampliação da renda serão alocados no consumo de bens cujo valor de mercado é superior, como transportes por exemplo.

Os preços guardam relação com o total despendido pelas famílias e com a distribuição das despesas no orçamento, pois variações nos preços alteram o poder de compra dos consumidores, alterando também a demanda dos bens conforme sua essencialidade. Por exemplo, bens de subsistência possuem demanda inelástica a variações no preço, já bens supérfluos possuem demanda elástica ao preço qualquer variação em seus preços são seguidas de alterações significativas na demanda.

Para acompanhar a evolução dos preços será utilizada a variação percentual anual do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA), medido pelo IBGE já que os dados levantados na POF servem para determinação e a atualização das estruturas de ponderação deste índice.

TABELA 2 - INFLAÇÃO VARIAÇÃO ANUAL PARA OS ANOS 1987, 1996, 2002 E 2009. (%)

Ano	GRUPOS DE BENS						
	Geral	Alimentos e bebidas	Artigos de residência	Habitação	Saúde e cuidados pessoais	Transportes	Vestuário
1987	363,41	367,15	362,32	447,19	520,45	260,63	295,70
1996	9,56	1,72	1,95	24,06	13,82	18,10	-1,63
2002	12,53	19,46	12,98	12,99	10,19	9,96	8,82
2008	5,90	11,12	1,99	5,09	5,72	2,32	7,30

FONTE: IPEADATA (2013a).

Analisando o período compreendido entre 1987 e 1996 é possível perceber que as despesas com alimentação tiveram sua participação reduzida no orçamento das famílias, em parte pelo aumento da renda *per capita* no período, em parte pela variação nos preços, enquanto em 1987 a inflação para alimentos estava muito próxima da inflação geral, em 1996 o índice para alimentos estava em nível bem inferior ao geral. No período seguinte, entre 1996 e 2002, a redução da renda somada a elevação dos preços dos alimentos acima da inflação geral colaboraram para aumentos nestas despesas. Entre 2002 e 2008, a ampliação da renda foi grande o suficiente para cobrir os gastos maiores causados pelo aumento dos preços, e ainda reduzir o total despendido com alimentação.

A variação nos preços dos artigos para a residência (móveis, eletrodomésticos, eletrônicos) se mostrou muito favorável aos consumidores brasileiros ao longo de todo o período de análise. Enquanto nos anos 1987 e 2002 a variação nos preços ficou bem próxima à inflação geral do período correspondente, em 1996 e em 2008 os preços tiveram uma variação muito abaixo da variação geral de preços. Além disso, a ampliação da renda (entre 1987 e 1996 e entre 2002 e 2009) também contribuiu para o aumento nas despesas com esses bens.

O aumento da despesa com transporte entre 1987 e 1996 está mais relacionado à variação de preços do que à ampliação da renda no período. Em 1987, a inflação referente ao transporte era inferior à inflação geral, por outro lado em 1996, o índice de preços do transporte estava duas vezes maior que o índice geral de preços. No período seguinte (1996 a 2002) a queda nas despesas com transportes esteve relacionada à redução da renda familiar no período, já que em 2002 a variação de preços dos transportes foi inferior à variação geral. Entre as duas últimas pesquisas (2002 e 2009) o leve aumento dos gastos com transporte se deveu à soma da ampliação da renda e da redução dos preços.

Feito um panorama geral da evolução da renda e dos preços no período compreendido entre 1987 e 2009, devem ser considerados na análise outros fatores específicos a cada tipo de despesa, como as políticas adotadas pelo governo, que também interferem na tomada de decisões de consumo das famílias. Para tornar a exposição mais didática serão feitas, nas seções seguintes, as análises por tipo de despesa.

4.1 HABITAÇÃO

As despesas de consumo com habitação incluem gastos com aluguel, impostos e taxas, manutenção e consertos, artigos de limpeza, além de despesas com aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e eletrônicos.

Um primeiro fator que explica a elevação destas despesas é o controle da inflação, que permitiu às famílias planejar e realizar gastos maiores. Um fator importante neste contexto foi a ampliação das linhas de crédito, estimulando o consumo de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos, cujos preços são elevados se comparados a outros itens de despesa familiar, como alimentação ou vestuário. Sem acesso ao crédito e ao parcelamento das compras, as famílias, principalmente as de menor renda, precisariam comprometer uma parcela maior do orçamento para consumir artigos para a residência, ou simplesmente deixar de consumir tais bens (ZERRENNER, 2007).

A conjuntura inflacionária da POF 1987-1988 gerava cenário desfavorável ao crédito, pois não era possível antecipar com segurança, a viabilidade das operações, as prestações fixas inexistiam, pois eram sempre corrigidas pela inflação, os prazos eram reduzidos e as prestações, conseqüentemente, elevadas. Com o controle da inflação, ampliaram-se os prazos e a eliminação da correção monetária permitiu o surgimento das prestações fixas (COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2013).

A tabela 3 apresenta a evolução da proporção de domicílios brasileiros que possuíam bens de consumo duráveis. Os dados são dos Censos Demográficos 1991, 2000 (ALVES, 2004) e 2010 (IBGE, 2010a), e demonstram um aumento dos domicílios brasileiros possuidores de produtos de maior valor, confirmando o crescente aumento das despesas durante todo o período de análise.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO A EXISTÊNCIA DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS (%), BRASIL 1990-2010

Ano	% de domicílios com bens duráveis				
	Rádio	Televisão	Geladeira	Máquina de lavar roupa	Micro computador
1991	83	80	69	26	-
2000	88	87	83	33	11
2010	81	95	94	47	38

FONTES: ALVES (2004), IBGE (2010a).

A ampliação da participação dos gastos com alugueis também está relacionada ao aumento das despesas de habitação. A partir dos dados levantados nas POF's a participação do aluguel nas despesas correntes passou de 2,7% em 1987, para 4,4% em 1996, ampliando para 13,7 em 2002 com leve redução em 2009 representando 12,8% do total das despesas correntes das famílias brasileiras (IBGE, 2004; 2010b).

Esta ampliação pode estar relacionada à variação dos preços dos alugueis que esteve acima da inflação geral entre 1987 e 1996. Entretanto, em 2002, a redução da renda domiciliar proporcionou o aumento das despesas com aluguel, já que o índice de preços para habitação variou em níveis próximos à inflação geral. Segundo os Censos Demográficos houve redução dos domicílios alugados entre 1980 e 2000 passando de 22% para 14% (ALVES, 2004), sugerindo que as famílias estão substituindo a residência alugada por uma própria com o propósito de reduzir ou eliminar o dispêndio associado ao aluguel, pois o aumento exponencial do valor dos imóveis urbanos não impacta no valor das prestações de imóveis financiados.

4.2 TRANSPORTE

Despesas com transporte incluem as habituais com transporte urbano, despesas relacionadas ao uso de veículo próprio, aquisição de veículos e despesas com viagens esporádicas, além de despesas com estacionamento, pedágio, óleo diesel, gás combustível e seguro obrigatório (IBGE 2004 e 2010b).

Para a população que vive nas grandes cidades o acesso aos meios de transporte é uma necessidade intermediária, isto é, deriva da necessidade de acessar/consumir outros bens e serviços, como também de trabalhar ou procurar

trabalho (STIVALE; GOMIDE, 2007). Portanto, é possível conceber que transporte passe a ter uma participação indesejavelmente alta na despesa do consumo, porque sua demanda é bastante inelástica no curto prazo, ajustando-se lentamente às variações de preço (ROCHA, 1995).

Stivale e Gomide (2007) utilizando os microdados das POF's 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003, para as 11 regiões aqui pesquisadas, construíram uma tabela com a evolução, da participação nos gastos correntes, das despesas com transporte urbano (ônibus, táxi, metro, trem) e das despesas relacionadas ao uso de veículo próprio (gastos com gasolina, álcool e manutenção veicular). A tabela 4 apresenta estes dados.

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DO GRUPO DE GASTO TRANSPORTE NA DESPESA CORRENTE MÉDIA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS ENTRE 1987 E 2003 (%)

Anos	Transporte urbano	Despesas com uso de veículo próprio
1987-1988	4,04	5,58
1995-1996	5,74	4,11
2002-2003	5,68	5,24

Fonte: Preparado pela autora com base em STIVALI e GOMIDE (2007).

A partir da tabela 4 é possível perceber que entre 1987 e 1996 há uma inversão na participação das despesas, com aumento da participação do transporte urbano e redução dos gastos com veículo próprio. Já entre 1996 e 2003 enquanto as despesas com transporte urbano se estabilizaram houve aumento na participação dos gastos com veículos próprios. Além disso, os dados agregados das POF's 2002-2003 e 2008-2009 confirmam a ampliação das despesas com aquisição de veículos e uma discreta redução das despesas com transporte urbano. Dois fatores podem explicar esta alteração nas despesas, a variação dos preços dos serviços e as quantidades consumidas pelas famílias.

No período compreendido entre 1995 e 2008 as tarifas dos sistemas de ônibus urbanos aumentaram cerca de 60% acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Um dos motivos para que esse aumento ocorresse foi o aumento do preço do óleo diesel, e a queda de produtividade dos sistemas (CARVALHO; PEREIRA, 2011).

Ao longo desse período, os passageiros absorveram o aumento no preço de formas distintas, entre 1995 e 2003 o aumento das tarifas foi acompanhado por uma depreciação da renda das famílias gerando queda de mais de 30% da demanda do

transporte público urbano. No entanto, a partir de meados de 2003, quando o aumento dos custos permaneceu, mas houve crescimento da renda da população, houve uma estabilização da demanda do transporte público urbano. Além disso, entre 2003 e 2009 houve um barateamento do transporte privado, motivado pelo governo federal através de política tributária, como a redução do IPI para automóveis novos, e facilidade no acesso ao crédito (CARVALHO; PEREIRA, 2011).

Com relação ao consumo de transporte privado os Censos Demográficos trazem dados de uma ampliação dos domicílios que possuíam automóveis. Em 1990 eram 23% dos domicílios, ampliando para 33% em 2000, (ALVES, 2004) chegando em 2010 a 39% o total de domicílios brasileiros que possuíam veículo de uso particular (IBGE, 2010a).

A demanda por veículos próprios torna-se uma forma alternativa de transporte para as famílias, pois a deterioração do sistema de transporte com seus custos elevados, sua abrangência espacial inadequada e nível de conforto deficiente (ROCHA, 1995), somado ao efeito renda e à mudança de estilos de vida, lembrando que os gastos com transporte também tem importância para o lazer das famílias, fez com que a demanda por transporte público perdesse força estimulando o uso de transporte individual. Trata-se do que na literatura econômica é conhecido como efeito renda e efeito substituição na teoria do consumidor.

4.3 ALIMENTAÇÃO

Inclui despesas realizadas pela unidade de consumo com alimentação, tanto a destinada e utilizada no domicílio quanto aquelas realizadas e consumidas fora do domicílio.

A POF 1987-1988 foi realizada sob o efeito do Plano Cruzado, que teve como característica o controle de preços. Neste contexto, as famílias antecipavam suas compras e formavam estoques, pois havia muita incerteza em relação ao abastecimento, sobretudo de produtos alimentícios devido ao receio de uma futura elevação de preços. Por outro lado, a POF 1995-1996 foi realizada após um plano de estabilização, o Plano Real, na ocasião as expectativas das famílias eram de uma estabilização mais duradoura dos preços e novos hábitos de consumo já haviam se consolidado, como o fracionamento das compras (CASTRO;

MAGALHÃES, 2007). Sendo este um dos fatores que explica a redução das despesas com alimentação entre estes períodos.

Adicionalmente, observou-se um crescimento substancial da oferta agrícola, novos investimentos produtivos em lavouras e fábricas foram estimulados pela queda da inflação e pela estabilização dos preços, gerando significativos ganhos de produtividade. Essa dinâmica alterou substancialmente alguns preços relativos, principalmente os de alimentos (ALMEIDA, 2011) e (SILVA; PAULA, 2003). Paralelamente a esse aumento da oferta interna de gêneros alimentícios, as importações aumentaram em volumes cada vez maiores, provocando uma redução dos preços relativos através da competição do setor interno com o externo (MOREIRA; SENE, 2010).

Um fato que chama a atenção é que apesar de ter ocorrido uma queda na participação das despesas com alimentação, esta é uma redução discreta, podendo estar relacionada à substituição de produtos básicos por produtos mais nobres, como perecíveis e alimentos proteicos de origem animal (SILVA; PAULA, 2003). Representando uma mudança nas preferências dos consumidores, que ao invés de adquirirem uma maior quantidade, estão optando pela aquisição de produtos mais elaborados e de melhor qualidade. Assim, mesmo com o barateamento relativo dos alimentos, a participação dos gastos com alimentação no orçamento das famílias permaneceu alta, sustentada em parte pelo aumento da renda real.

4.4 VESTUÁRIO

As despesas com vestuário incluem aquisição de roupas, calçados e acessórios. Entre as POF's 1987 e 1996, as despesas com vestuário tiveram uma redução muito significativa, caindo sua participação de 12% do total das despesas de consumo para quase 6% mantendo-se em níveis muito próximos há este nos anos seguintes de pesquisa.

A abertura da economia durante os anos 90 teve papel importante para o setor de vestuário, além de ampliar a demanda global, possibilitando às famílias brasileiras o acesso a novas variedades de marcas e produtos, a entrada de produtos importados com preços baixos, acirrou a concorrência no mercado interno,

o resultado foi uma melhora na qualidade de muitos produtos nacionais e queda nos preços (ALMEIDA, 2011).

A evolução dos preços entre 1987 e 1996 contribuiu para a queda nas despesas com vestuário. Apesar de em 1987, a inflação para itens de vestuário estar abaixo do nível geral de preços, em 1996 houve deflação nos preços dos artigos de vestuário, essa redução nos preços permitiu às famílias manter o mesmo padrão de consumo de vestuário gastando menos, liberando recursos para outras despesas.

4.5 FUMO

Em relação ao fumo, o destaque está no período 1996 a 2002 quando houve a redução pela metade das despesas com este item. Neste período a redução está relacionada em grande parte à queda do preço do cigarro. Segundo a ALIANÇA DE CONTROLE DO TABAGISMO (2013) entre 1999 e 2006, a carga tributária sobre o fumante caiu, nesta ocasião, o cigarro registrou o menor preço real, em relação a toda a década de 90. Com preços reduzidos, o mercado dos cigarros cresceu aproximadamente 10%, de 101 bilhões em 1999, para 110 bilhões em 2007.

No entanto a estabilização dos gastos com fumo no período seguinte pode estar associado à implantação em 1996 da lei federal número 9.294 ou lei antifumo restringindo o uso, e também a propaganda, de produtos derivados de tabaco em locais coletivos, públicos ou privados, com exceção aos fumódromos (BRASIL, 2013).

Uma pesquisa da Organização Pan-Americana da Saúde, realizada entre 1989 e 2010, com 1,8 mil pessoas em Porto Alegre, no Rio de Janeiro e em São Paulo, apontou que um em cada três brasileiros deixou de fumar depois que medidas que restringiram a propaganda de cigarros na TV e em veículos de comunicação de massa entraram em vigor (LEAL, 2013).

Outro fator que explica a estabilidade nos gastos a partir de 2002 é a variação do preço, a partir de 2007, o preço real e a carga tributária por maço de cigarros começaram a subir, estes aumentos foram efetivos para a redução do consumo total de cigarros (ALIANÇA DE CONTROLE DO TABAGISMO, 2013).

Nesta seção foram apresentadas: a distribuição das despesas de consumo no orçamento das famílias brasileiras, a concentração das despesas em poucos itens, as principais alterações na composição do orçamento e alguns fatores externos que contribuíram para que estas mudanças ocorressem. Considerando todas estas observações, já é possível chegar a algumas conclusões, as quais serão apresentadas na próxima seção do trabalho.

5 CONCLUSÃO

A partir das POF's foi possível perceber que a estrutura de gastos das famílias brasileiras passou por mudanças ao longo dos 22 anos percorridos entre a primeira e a última pesquisa. A alimentação deixou de ser a maior despesa das famílias, caíram pela metade os gastos com vestuário, fumo e recreação. Em contrapartida, os gastos com habitação cresceram 80% tornando-se os maiores desembolsos no orçamento familiar brasileiro. As despesas com higiene e serviços pessoais, assistência à saúde e educação não apresentaram grandes variações no período e mantiveram reduzidas suas participações no orçamento familiar.

Apesar destas mudanças, os brasileiros continuam concentrando seus gastos em três componentes da cesta de consumo, habitação, transporte e alimentação, porém os crescentes gastos com habitação e transporte permitiram às famílias desfrutar um padrão superior de conforto e bem estar, proporcionado pela aquisição de bens de consumo duráveis para o lar e veículos próprios. Quanto à alimentação não houve aumento das despesas, mas a ampliação da renda e a redução dos preços relativos dos alimentos permitiram uma diversificação do cardápio das famílias.

Durante o período analisado alguns eventos econômicos estiveram associados ou contribuíram para as mudanças ocorridas na estrutura de despesas das famílias. Primeiramente o controle da inflação permitiu às famílias planejar seus gastos e não apenas realizar desembolsos de forma a garantir o mínimo essencial à vida, motivo pelo qual alimentação consumia maior parte da renda familiar e as demais despesas eram infladas como o caso dos gastos com vestuário. O controle da inflação permitiu a universalização do crédito à população brasileira que colaborou para o consumo de bens de maior valor, por exemplo, eletrodomésticos.

Investimentos agrícolas também foram estimulados pelo controle da inflação, que tiveram como resultado o aumento de produtividade e da oferta de alimentos com redução de preços.

Outro fator que contribuiu para a queda dos preços foi a abertura econômica que promoveu a concorrência dos produtos externos com os internos, principalmente em relação a artigos de vestuário, alterando significativamente os preços relativos destes bens, possibilitando o aumento do consumo com redução do total despendido, liberando recursos para outros gastos.

Ao se levar em conta as alterações nas despesas com transporte, dois fatores estão colaborando para a ampliação da demanda por veículos próprios, a deterioração dos serviços de transporte público e o barateamento do transporte privado em relação ao transporte público durante todo o período, com destaque para o período 2002 a 2009 quando o governo estimulou, através da redução do IPI, o consumo de veículos particulares.

Ao considerar as variações no fumo a redução das despesas está ligada a uma carga tributária baixa que barateou o produto e estimulou o consumo sem aumento nas despesas, na sequência a estabilidade dos gastos é alcançada pelo aumento do preço que somado a legislação antifumo reduziu o consumo.

Pode-se chegar a duas grandes conclusões com base no trabalho: primeira, mesmo com grande parte do orçamento concentrado em poucos grupos de despesas, no período analisado é perceptível uma diversificação dos produtos consumidos pelas famílias, principalmente de bens de consumo duráveis e alimentação, avalizados pela dinâmica de preços e renda; segunda, as famílias alteraram a composição de seus orçamentos adaptando-se aos fatores externos procurando alocar a renda disponível da melhor maneira possível.

REFERÊNCIAS

ABEL, A. B.; BERNANKE, B. S.; CROUSHORE, D. **Macroeconomia**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

ALIANÇA DE CONTROLE DO TABAGISMO. **Porque aumentar a carga tributária e o preço dos cigarros no Brasil**. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/conteudo/643_Porque_aumentar_precos_e_impostos_factsheet.pdf>. Acesso em: 21/07/2013

ALMEIDA, A. N. **Elasticidades renda e preços**: Análise do consumo familiar a partir dos dados da POF 2008/2009. São Paulo: TD Nereus, 2011. Disponível em: <<http://www.usp.br/nereus/?txtdiscussao=elasticidades-renda-e-precos-analise-do-consumo-familiar-a-partir-dos-dados-da-pof-20082009>>. Acesso em: 10/09/2013.

ALVES, J. E. D. **As características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv3124.pdf>>. Acesso em: 07/08/2013

BESANKO, D.; BRAEUTIGAM, R. R. **Microeconomia**: uma abordagem completa. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL, Governo Federal. **Maioria dos estados brasileiros adota leis antifumo**. **Portal Brasil**. Brasília/DF, 31/5/2011. Saúde. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/saude/dependencia-quimica/leis-antifumo-pelo-brasil>>. Acesso em: 21 jul. 2013

CARVALHO, C. H. R.; PEREIRA, R. H. M. **Efeitos da variação da tarifa e da renda da população sobre a demanda de transporte público coletivo urbano no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. 34f. Disponível em: <<http://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/estudo-ipea-2011-tarifa-x-renda-x-demanda1.pdf>>. Acesso em: 07/08/2013

CASTRO, P. F.; MAGALHÃES, L. C. G. Recebimento e dispêndio das famílias brasileiras: Evidências recentes da pesquisa de orçamentos Familiares (POF) 1995-1996. In: SILVEIRA, F. ET AL. (Org.) **Gastos e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2007, v. 1, p. 21- 68.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Estratégia nacional de educação financeira**. Disponível em:

<<http://www.vidaedinheiro.gov.br/Imagens/Plano%20Diretor%20ENEF.pdf>>. Acesso em: 21/07/2013

CUNHA, F. C. **Microeconomia: teoria, questões e exercícios**. São Paulo: Makron Books, 2000.

DINIZ, B. P. C. et al. As pesquisas de orçamentos familiares no Brasil. In: SILVEIRA, F. ET AL. (ORG.) **Gastos e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2007, v. 2, p. 17- 74.

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1991.

FRANK, R. H. **Microeconomia e comportamento**. 3. ed. Portugal: McGraw-Hill, 1997.

IBGE. **Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro: 2010a. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/resultados_gerais_amostra.pdf>. Acesso em: 07/08/2013

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002 - 2003: primeiros resultados Brasil e Grandes Regiões**. 2. ed. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002/pof200220032aed.pdf>>. Acesso em: 20/01/2013

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008 - 2009: despesas, rendimentos e condições de vida**. Rio de Janeiro: 2010b. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: 20/01/2013

IPEADATA. **Inflação - IPCA - (% a.m.) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 15/07/2013a

_____. **Renda domiciliar per capita - média - R\$ de outubro de 2009**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 15/07/2013b

LEAL, A. Restrição de propaganda de cigarro levou 33% dos brasileiros a deixarem de fumar, diz pesquisa. **Agência Brasil**. Brasília/DF, 28/05/2013. Saúde. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-05-28/restricao-de-propaganda-de-cigarro-levou-33-dos-brasileiros-deixarem-de-fumar-diz-pesquisa>>. Acesso em: 21/07/2013

LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.) **Manual de macroeconomia: básico e intermediário**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MANSFIELD, E.; YOHE, G. **Microeconomia: teoria e aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MOREIRA, J. C.; SENE, E. **Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**. Ensino médio. São Paulo: Scipione, 2010, v. 3.

PESSOA, M. S.; SILVEIRA, M. A. C. **Indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida das famílias brasileiras segundo a POF de 2002-2003: um estudo sobre seus determinantes demográficos, sociais e econômicos**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1437.pdf>. Acesso em: 20/03/2013

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

ROCHA, S. A estrutura de consumo das famílias metropolitanas em São Paulo e Recife: evidência e implicações. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 297-322, 1995. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/779/719>>. Acesso em: 20/03/2013

SILVA, J. M.; PAULA, N. M. Alterações no padrão de consumo de alimentos no Brasil após o Plano Real. In: Evento de Iniciação Científica da UFPR, XII, 2003, Curitiba/PR. **Anais...** Curitiba, UFPR, 2003. 18f. Disponível em: <<http://www.pet-economia.ufpr.br/textos.html>>. Acesso em: 10/09/2013

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

STIVALE, M.; GOMIDE, A. A. Padrões de gasto das famílias com transportes urbanos no Brasil metropolitano – 1987-2003. In: SILVEIRA, F. ET AL. (ORG.) **Gastos e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2007, v. 2, p. 167 - 200

ZERRENNER, S. A. **Estudo sobre as razões para endividamento da população de baixa renda**. 57f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13112007-120236/pt-br.php>>. Acesso em: 07/08/2013